

PERSPECTIVAS PARA 1989

Luiz Carlos Bresser-Pereira

O Estado de S. Paulo, 01.01.1989

O objetivo fundamental da política econômica em 1989 deve ser o de evitar a hiperinflação e, assim, chegar com tranqüilidade às eleições presidenciais do final do ano. É preciso fazer algo para tirar o país de uma situação incontrolável. Sem pacto social não há saída. Mas esse que aí está tem sido mal orientado. O pacto como tentativa de controle gradual da inflação não funciona. Funcionaria se tivéssemos uma inflação muito mais baixa. Mário Henrique Simonsen obteve sucesso adotando uma estratégia gradualista quando a inflação era de 40 por cento ao ano e foi possível baixá-la para pouco mais de 30 por cento. Nessa época, as pessoas ainda não estavam muito conscientes da inflação. Muitas concordaram em participar de um acordo porque, se apenas alguns cumprissem-no e a maioria não, o prejuízo dos primeiros seria pequeno. Quando, porém, a inflação está em 30 por cento ao mês, todos procuram defender seu preço, empurrando-o antecipadamente para cima. Ninguém pode arriscar aumentar seus preços de acordo com uma previsão declinante de inflação.

Nesses casos uma política monetária violenta também não resolve. As vésperas de uma hiperinflação, o arrocho monetário simplesmente elevaria as taxas de juros. O governo, que é o grande pagador de juros, incorreria em um déficit público maior ainda. Os agentes econômicos percebem que a dívida está aumentando a uma taxa maior do que aumenta a arrecadação e perdem a confiança no pagamento dos títulos do governo. Ficamos, portanto, mais perto ainda da hiperinflação.

Para escaparmos de situações como essa teríamos de fazer um programa semelhante ao Plano Primavera adotado na Argentina - um pacto social que estipulasse não uma redução gradual, mas drástica da inflação. No Plano Primavera o governo fez um pacto com trabalhadores e empresários. A inflação estava em 25 por cento ao mês e foi fixada para ficar em 4 por cento. Na verdade, ficou em 8 por cento, mas foi possível mantê-la nessa faixa por algum tempo. Seria, no nosso caso, uma "meia sola" para resolver o problema. Não iria zerar o déficit público, não iria zerar a inflação e nem permitir a retomada segura do crescimento. Mas iria, pelo menos, evitar a hiperinflação.

Evidentemente trata-se de uma solução paliativa. Não é, entretanto, uma solução gradualista como a que está sendo tentada. Para acabar com a inflação - ou colocá-la em níveis semelhantes aos da Europa - seria preciso acabar com o déficit público. Para tanto o Brasil precisaria cortar sua dívida externa pela metade. Mesmo assim, isso corresponderia à redução de um quarto do déficit público. Os outros três quartos viriam, necessariamente, do ajustamento interno. Não se trata de trocar dívida externa pelo ajuste interno. Trata-se de fazer as duas coisas, a redução da dívida legitimando o ajuste interno perante o povo brasileiro e este legitimando a redução unilateral da dívida perante os credores externos.